



PROCESSO Nº 510000147/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023

IMPUGNANTE: BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

A comissão de licitação da EMUSA, vem responder ao pedido de impugnação do edital do pregão presencial nº 02/2023, apresentado pela empresa **BARRA RIO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, com base no art. 41, § 1º, 2º e 3º da lei federal nº 8.666/93.

Preliminarmente, há que se esclarecer que a referida impugnação não tem efeito de recurso, portanto não há que se falar em efeito suspensivo, tampouco sua remessa a autoridade superior, tem a comissão de licitação nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente.

Podemos concluir desta forma pelas recomendações do art. 41, § 2º, senão vejamos:

Art. 41 [...]

§2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Aduzimos que a empresa supra, contesta exigências editalícias que serão justificadas a partir dos esclarecimentos a seguir, demonstrando a legalidade das exigências contestadas.



I – DA ADMISSIBILIDADE

A lei nº 10.520/02 é quem institui, disciplina e dá outras providências à modalidade de pregão. No entanto, ela não versa sobre o assunto, em relação à impugnação ao edital. Quem delimita e condiciona o tema é o decreto federal nº 3.555/00, através do art. 12, senão vejamos:

Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão

§1º Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

§2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

O prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 02 (dois) dias úteis anteriores à realização da sessão, marcada para o dia 03/04/2023, às 14 (quatorze) horas.

Desta forma, a impugnação ao edital apresentada é tempestiva.

II – DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante questiona a legalidade do edital epigrafado no tocante aos itens 1.1, 1.4, 1.5, 1.6 e 9.1.4.6 do edital. Isto porque o primeiro item impugnado apresentaria equívoco em relação ao ano no qual encontrar-se-á realizado o certame público; enquanto aos itens 1.4, 1.5, 1.6 não teria sido previsto qualquer meio eletrônico para envio dos eventuais pedidos de esclarecimentos e impugnações; e, por fim, o item 9.1.4.6 apresentaria vício de ilegalidade em relação à exigência de comprovação quantitativa da capacidade técnico profissional.



• ***DO ITEM 1.1 DO EDITAL. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL***

Assiste razão a impugnante quanto o equívoco existente na data informada para a realização do certame público, a saber, 03/04/2023 (segunda-feira).

Isso porque, é evidente a ocorrência de erro material no agendamento da data de realização do certame público. Não há meios de um edital publicado no corrente ano de 2023 prevê uma data de certame público em ano anterior.

Portanto, por se tratar de vício sanável e decorrente de erro material, ou seja, mero erro de digitação, bem como considerando, ainda, a inexistência de qualquer prejuízo aos licitantes, não há que se falar em ilegalidade.

A correção do vício ocorrido poderá ser realizada através de mera publicação de errata. O que será devidamente providenciada por esta comissão de licitação.

• ***DOS ITENS 1.4, 1.5, 1.6 DO EDITAL. OMISSÃO DE INDICAÇÃO DE MEIO ELETRÔNICO PARA ENVIO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 09/22 DO TCE/RJ. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL***

De mesmo modo, assiste razão a impugnante quanto a ausência de informações específicas sobre meio eletrônico de envio e recebimento de eventuais pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital.



Esta comissão de licitação possui canal eletrônico (emusacpl@hotmail.com) para recebimento dos aludidos documentos, em estrita observância ao disposto na súmula nº 09/2022 do TCE/RJ.

E mais, o endereço eletrônico foi informado no edital licitatório, mais especificamente no item 9.3 do edital, senão vejamos:

9.3 Os interessados deverão indicar um profissional habilitado, devidamente inscrito no CREA, o qual visitará o local dos serviços acompanhado de funcionário **visitará o local das obras acompanhado de funcionário da EMUSA nos dias agendados previamente pelo e-mail: emusacpl@hotmail.com** a fim de conhecer todos os fatores que possam influir, direta ou indiretamente nos custos de execução, devendo apresentar o respectivo atestado a ser emitido pela EMUSA que será juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do inciso III do art. 30, da Lei nº 8666/93. A visita sairá da sede da

Rua Visconde de Sepetiba, nº 987/11º andar - Niterói - RJ - CEP: 24.020-206

Telefone: (21) 2622-2035 - C.N.P.J: 32.104.465/0001-89

16/46

Trecho retirado do edital do pregão presencial nº 02/2023

Percebe-se que, por equívoco, a informação sobre o endereço eletrônico não apresentada nos itens que disciplinam o pedido de esclarecimento e impugnações. Ou seja, é evidente a ocorrência de erro material.

Portanto, por se tratar de vício sanável e decorrente de erro material, bem como considerando, ainda, a inexistência de qualquer prejuízo aos licitantes, não há que se falar em ilegalidade.

A correção do vício ocorrido poderá ser realizada através de mera publicação de errata. O que será devidamente providenciada por esta comissão de licitação.

• DO ITEM 9.1.4.6 DO EDITAL. COMPROVAÇÃO DE QUANTITATIVO MÍNIMO DE CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL



Inicialmente, há de se registrar que as condições fixadas no edital e termo de referência foram estabelecidas com estrita observância das disposições legais contidas nas leis federais nº 8.666/93 e 10.520/02.

Como é cediço, a licitação não se rege apenas pelos princípios estabelecidos no art. 3º da lei nº 8.666/93 (isonomia, seleção da proposta mais vantajosa para a administração, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo), mas também pelos princípios gerais que constituem o regime jurídico administrativo, sobressaindo-se entre todos estes o princípio da supremacia do interesse público, pilar de sustentação do direito administrativo brasileiro.

Os itens questionados exigem, para efeitos de qualificação técnico profissional, a apresentação de certidão de acervo técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do responsável técnico e/ou membros da equipe técnica que participarão do serviço, que demonstra a anotação de responsabilidade técnica – ART relativo à execução de objeto compatível com características e prazos com o objeto da presente licitação, em quantidade correspondente a 20% (vinte) do total da planilha orçamentária.

Imperioso ressaltar, antes de adentrarmos ao mérito da impugnação, que a lei nº 8.666/93 ao definir a documentação que poderia ser exigida para fins de habilitação, estabeleceu um rol exaustivo, mantendo, contudo, a discricionariedade da Administração em exigir ou não tal comprovação, limitando, porém, a sua exigência ao cumprimento dos requisitos nela estabelecidos.

Ademais a exigência da documentação prescrita no art. 30 da lei federal 8.666/93, prevê o cumprimento de alguns requisitos, senão vejamos, vejamos:



Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; (...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.

Pela simples leitura do *caput* do dispositivo legal em comento, denota-se que a intenção do legislador foi impor um limite ao poder discricionário da Administração em estabelecer os parâmetros de exigência dos documentos que compõem o rol do art. 30 da Lei 8666/93, não instituindo, assim, obrigatoriedade, mas sim faculdade do Poder Público em exigir todos ou nenhum dos documentos ali relacionados.

O edital faz menção à participação de empresas regulares e que disponham de pessoas aptas a realizar os serviços, com o objetivo de averiguar sua capacidade técnica, ampliando assim as possibilidades de que a mesma consiga executar o objeto de forma eficiente, pois em caso contrário, haveria graves prejuízos para a Administração.



Desta forma, torna clara e cristalina a intenção do legislador em autorizar apenas a exigência de experiência, ou seja, através de atestado a comprovação de aptidão de capacitação técnico profissional dos profissionais que integram os quadros permanentes das pretensas licitantes.

É uníssona nas súmulas e jurisprudências a interpretação do assunto:

SÚMULA TCU Nº 263/2011

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

SÚMULA TCE/SP Nº 24

Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.

ACÓRDÃO Nº 534/2011 - PLENÁRIO TCU

9.4.1.1. devem ser definidos, previamente, para efeito da comprovação da capacidade técnico operacional e técnico-profissional, os itens de serviços ou da obra que atendam, simultaneamente, os requisitos de relevância técnica e significância econômica. (TC-009.987/94-0, PUBLICADO NO BOLETIM DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, NDJ, 1995, VOL. 11, P. 564). (TCU)

habilitação. Qualificação técnica. capacitação técnico-profissional. Capacitação técnico operacional. Concorrência. A estabilidade do futuro contrato pode ser garantida com a exigência de atestados de capacitação



técnico-profissional aliada ao estabelecimento de requisitos destinados a comprovar a capacitação técnico-operacional nos termos do inciso II do art. 30 da lei nº 8.666/93.

ACÓRDÃO Nº 170/2012 – PLENÁRIO TCU

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Veja que tal item tem a mera função de comprovar a boa e regular atuação da empresa, objetivando resguardar a Administração Pública em eventuais contratações, na medida em que utiliza mecanismos assecuratórios da conclusão a contento do contrato, garantido pela eficiência e capacidade da futura contratada.

Sabemos que um dos princípios da licitação é a garantia da ampla concorrência, entretanto, tal princípio não pode ser tomado isoladamente, antes, deve ser interpretado e ponderado conjuntamente com os demais e importantes princípios, tais como a razoabilidade, proporcionalidade e eficiência nas contratações.

Por fim, nota-se fulcro das irresignações, as quais pela fragilidade de seus fundamentos, tão somente revelam a vontade subjetiva da impugnante em reformular as condições do edital, sem, contudo, atentar-se às disposições legais e às regras editalícias, razão pela qual devem ser afastadas as pretensões e negado o provimento do pedido de impugnação formulado.

III – DA DECISÃO

Diante do exposto esta comissão dá **PARCIAL PROVIMENTO** à impugnação apresentada pela empresa **BARRA RIO INDÚSTRIA,**



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Empresa Municipal de
Moradia, Urbanização e
Saneamento - EMUSA

COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., tendo em vista justificadas à margem dos enunciados acima.

Niterói, 30 de março de 2023.

Comissão de licitação da EMUSA